

Leonardo José Pinho Coimbra



Universidade Federal do Maranhão
leonardoufma1978@gmail.com

Ana Paula Ribeiro de Sousa



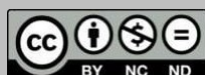
Universidade Federal do Maranhão
anapaularis@hotmail.com

Submetido em: 20/09/2022

Aceito em: 20/02/2023

Publicado em: 25/03/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14105](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14105)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

A UFMA EMPREENDEDORA: A SUBORDINAÇÃO DA UNIVERSIDADE AO NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL?

RESUMO

O artigo investiga as políticas de empreendedorismo adotadas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no tocante à criação de uma “cultura empreendedora” na universidade. A hipótese é que esse tipo de estratégia pedagógica, que se orienta na Pedagogia Empreendedora, reforça a heteronomia e a semiformação individuais, além de reproduzir concepções pedagógicas que se pautam pela Teoria do Capital Humano. É um estudo de caráter analítico-exploratório, que se utiliza do método histórico-dialético para análise e interpretação do objeto em tela. Investiga fontes escritas primárias, além de documentos e resoluções produzidas por esta instituição, para tentar compreender como as recentes iniciativas da UFMA estão caminhando no sentido da criação de uma mentalidade empresarial, ou, como a própria universidade afirma: uma “cultura empreendedora”.

Palavras-chave: UFMA empreendedora; pedagogia do empreendedorismo; cultura empreendedora.

THE ENTREPRENEURIAL UFMA: SUBORDINATION OF THE UNIVERSITY TO THE NEW STANDARD OF FLEXIBLE ACCUMULATION?

ABSTRACT

The article investigates the entrepreneurship policies adopted by the Federal University of Maranhão – UFMA, regarding the creation of an “entrepreneurial culture” at the university. The hypothesis is that this type of pedagogical strategy, which is guided by Entrepreneurial Pedagogy, reinforces individual heteronomy and semi-education, in addition to reproducing pedagogical concepts guided by the Human Capital Theory. It is an analytical-exploratory study, which uses the historical-dialectical method to analyze and interpret the object on screen. It investigates primary written sources, as well as documents and resolutions produced by this institution, to try to understand how recent UFMA initiatives are moving towards the creation of an entrepreneurial mindset, or, as the university itself states: an “entrepreneurial culture”.

Keywords: Entrepreneurial UFMA; Pedagogy of entrepreneurship; entrepreneurial culture.

EMPRENDEDOR UFMA: SUBORDINACIÓN DE LA UNIVERSIDAD AL NUEVO ESTÁNDAR DE ACUMULACIÓN FLEXIBLE?

RESUMEN

El artículo investiga las políticas de emprendimiento adoptadas por la Universidad Federal de Maranhão – UFMA, en cuanto a la creación de una “cultura emprendedora” en la universidad. La hipótesis es que este tipo de estrategia pedagógica, que se guía por la Pedagogía Empreendedora, refuerza la heteronomía y semiformación individual, además de reproducir conceptos pedagógicos que se guían por la Teoría del Capital Humano. Es un estudio analítico-exploratorio, que utiliza el método histórico-dialético para analizar e interpretar el objeto en pantalla. Indaga en fuentes escritas primarias, además de documentos y resoluciones producidos por esta institución, para tratar de entender cómo las iniciativas recientes de la UFMA se encaminan hacia la creación de una mentalidad emprendedora, o, como afirma la propia universidad: una “cultura emprendedora”.

Palabras clave: UFMA emprendedora; pedagogía del emprendimiento; cultura emprendedora.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, nas últimas décadas, tem enfrentado uma série de mudanças, no sentido de sua adequação às demandas que o novo modelo produtivo de acumulação flexível, com base microeletrônica, começa a exigir (ANTUNES & PINTO, 2017). Esse processo remonta a década de 1990, quando uma profunda reformulação das diretrizes e objetivos da educação brasileira e de sua organização curricular é produzida em consonância com os grandes eventos para a educação, promovidos pelos organismos internacionais¹.

Tais eventos introduzem, em nível mundial, uma agenda educacional comum (GENTILI, 1998; EVANGELISTA & SHIROMA & OTO, 2007; HYPOLITO; 2019), voltada para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e para a educação ao longo da vida, imposta, sobretudo, às economias periféricas, com o intuito de adequar a capacitação da força de trabalho ao novo paradigma produtivo, ao qual essas economias aderem de forma subordinada, mesmo sem terem incorporado, plenamente, suas bases.

A realidade que se nos apresenta, onde as relações sociais de produção neoliberais têm conseguido hegemonizar o discurso educacional, tem se caracterizado, à nível estrutural, por mudanças objetivas agudas, afetando, de maneira ímpar, todo o conjunto da sociedade.

Esse panorama tem ensejado (contra)reformas na área da educação formal, no sentido de ajustar a formação dos novos trabalhadores às necessidades do mercado e à uma visão de mundo afeita a tais mudanças. Laval (2019) apreende essa resignificação para a educação escolar, em todo o mundo, como um tipo de mutação da instituição escolar, de modo que a escola venha a se adaptar, cada vez mais intensamente, à nova racionalidade do capital: uma racionalidade normativa e prescritiva, que “quando se estende muito além do campo econômico *stricto sensu*, é acima de tudo a *racionalidade do capital* transformada em lei social geral” (LAVAL, 2019, p. 9).

É nesse sentido que as pedagogias das competências e habilidades (RAMOS, 2001), a aprendizagem flexível (KUENZER, 2017) e a pedagogia empreendedora (ALVES

¹ O movimento internacional de reformulação da educação teve como marco inicial a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, em 1990, que resultou na Declaração Mundial de Educação para Todos. Outro documento importante, que orientou as reformas educacionais em nível mundial, foi o Relatório da Comissão Internacional de Educação para o século XXI (“Relatório Jacques Delors”), de 1996. Dentre os organismos internacionais responsáveis pela promoção e divulgação da agenda educacional mundial, podemos citar: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Sobre a atuação desses organismos nas reformas educacionais no Brasil, a partir da década de 1990, ver Evangelista et al., 2007.

& KLAUS & LOUREIRO, 2021) têm se colocado como estratégias formativas para o trabalhador do novo século.

No mundo em desenvolvimento, a economia informal representa um componente fundamental do mercado de trabalho. Nas economias avançadas, o setor privado de serviços se torna o refúgio do emprego para uma fatia cada vez maior da força de trabalho expulsa dos tradicionais setores de produção de bens. E o empreendedorismo e a inovação continuam a prosperar nas margens dos setores empresariais da economia, aumentando o número de trabalhadores autônomos [...] (CASTELLS, 2012, p. IX).

Este artigo visa analisar a penetração da ideologia do empreendedorismo na educação e, mais especificamente, as estratégias de construção de uma “cultura do empreendedorismo” pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sobretudo a partir da reestruturação institucional que criou a Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização da Universidade Federal do Maranhão (Ageufma) e da elaboração de uma política institucional de empreendedorismo (Resolução n. 339 – CONSUN, de 15 de janeiro de 2021 e Resolução n. 2.425 – CONSEPE, de 25 de janeiro de 2022), materializada mediante ações, como o Programa UFMA Empreendedora.

É uma pesquisa qualitativa, de caráter analítico-exploratória, que se utiliza do método dialético para análise e interpretação do objeto em tela. Investiga fontes escritas primárias, logo se define como uma pesquisa de cunho documental, principalmente aquelas oriundas de sítios da internet vinculados à UFMA, para tentar compreender como as recentes iniciativas da instituição estão caminhando no sentido da criação de uma mentalidade empresarial, ou, como a própria universidade afirma: uma “cultura empreendedora”; conformada à ideologia de mercado, nos estudantes e professores desta IES.

O presente trabalho está dividido em 2 partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte, intitulada: A pedagogia empreendedora: uma solução para a “crise” da educação?, pretendemos demonstrar como a pedagogia empreendedora, bem como a pedagogia das competências e habilidades, articulam-se, estruturalmente, às mudanças oriundas da reestruturação produtiva do capitalismo nesse fim de século XX e das rápidas transformações das forças produtivas materiais: a chamada Indústria 4.0. Tais transformações têm ensejado a produção de um receituário comum, que vem induzindo um conjunto de reformas para o combate a uma suposta crise da educação brasileira. Ainda nesse momento, analisamos a pedagogia empreendedora e suas repercussões para a educação e formação dos indivíduos. Na parte dois, denominada: O Programa

UFMA Empreendedora: desinstitucionalização, desvalorização e desintegração do ensino superior público, buscamos analisar as principais políticas institucionais da UFMA no tocante à implementação de uma pedagogia empreendedora e de uma “cultura empreendedora”, por meio da Ageufma e do programa UFMA Empreendedora.

As análises se encontram, ainda, em uma fase inicial, pois as estratégias para a consolidação de uma denominada “cultura empreendedora”, na universidade, são bem recentes², além do que, por conta do período pandêmico, as ações da Ageufma, responsável pela implementação do Programa UFMA Empreendedora, não passaram de ações pontuais, como: palestras em redes sociais e divulgação de materiais informativos. A centralidade das análises recai, desse modo, sobre os documentos produzidos pela UFMA para regulamentar as políticas de empreendedorismo na universidade, a saber: a Resolução n. 339 – CONSUN, de 15 de janeiro de 2021³ e pela Resolução n. 2.425 – CONSEPE, de 25 de janeiro de 2022, que demonstram a significativa importância que esse tema tem ganhado na instituição.

2 A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA: UMA SOLUÇÃO PARA A “CRISE” DA EDUCAÇÃO?

Às mudanças estruturais no âmbito do Estado e da economia, de acordo com as orientações oriundas do consenso neoliberal⁴, incorporadas pelos Estados nacionais (em especial, pelas economias periféricas) como desiderato para debelar a crise capitalista da década de 1980, seguiram-se mudanças no campo educacional, que, assim como no campo da economia, também se erigiu em um “consenso” no que concerne à elaboração de um receituário (GENTILI, 1998) para colocar a educação no palco da agenda dos interesses mercantis neoliberais. Laval (2019, p. 12) afirma existir uma espécie de “nova ordem educacional mundial”, que orienta, com certa homogeneidade, as mudanças nos sistemas educacionais das mais diversas nações do globo.

² As resoluções que visam regulamentar as estratégias de empreendedorismo na UFMA foram aprovadas em 2021 e 2022.

³ Segundo esta resolução o “fomento ao empreendedorismo é o caminho pelo qual a Universidade pode vir a modificar a realidade social à sua volta de uma forma construtiva, beneficiando a sociedade como um todo” (UFMA; CONSUN, 2021, p. 1).

⁴ O “consenso” estabeleceu-se no cumprimento, por parte do governo dos países latino-americanos, de um receituário econômico definido em torno de, basicamente, dez medidas reformistas, como nos mostra Gentili (1998, p. 14): [...] disciplina fiscal; redefinição das prioridades do gasto público; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção de taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; atração das aplicações de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais; desregulação da economia; proteção dos direitos autorais.

Essa espécie de agenda comum⁵, para reformar os sistemas educacionais pelo mundo, se reveste em uma “monopolização progressiva do discurso e da dinâmica reformadora pela ideologia neoliberal” (LAVAL, 2019, p. 16). A partir de então, inúmeras reformas⁶, no campo da educação, vêm sendo implementadas, no sentido de ajustar as práticas pedagógicas nas escolas às demandas oriundas do mercado de trabalho e da nova sociabilidade neoliberal.

A tônica dos discursos reformistas, em âmbito nacional, recai sobre uma suposta crise da educação brasileira, demonstrada pelas avaliações internacionais, à exemplo do *Programme for International Student Assessment* (PISA) e das avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), etc, além da baixa produtividade da força de trabalho no país, que impacta na nossa competitividade econômica, atribuída à ineficiência da educação.

Para os signatários das reformas, a educação brasileira é ineficiente e ineficaz (GENTILI, 1998), além de não acompanhar as mudanças exigidas pelo mundo globalizado, pela nova base produtiva e pelas novas demandas do mercado de trabalho. Foi justamente essa exposição de motivos que serviu de base para aprovação, em caráter emergencial, da Medida Provisória (MP) n. 746/16, que se transformou na Lei n. 13.415/17: a lei que reformou o Ensino Médio brasileiro.

Percebemos a grande influência do setor privado nas iniciativas reformadoras da educação básica e superior brasileira, e na definição das políticas educacionais, levadas a cabo, pelos mais diversos governos nos últimos anos. A educação passa a integrar o mecanismo de recomposição das perdas da taxa de lucro do capitalismo mundial (LAVAL, 2019), além, é claro, de atuar no sentido da recomposição da força de trabalho necessária para atuação em uma realidade sempre cambiante.

Esse modelo de escola afirma a necessidade de uma pedagogia flexível (KUENZER, 2017; CATINI, 2020), deslocando o foco da formação e da qualificação do indivíduo para o desenvolvimento de competências (RAMOS, 2001), já que, segundo Catini (2020, p. 58), a intensificação da introdução da maquinaria (trabalho morto) na produção tem generalizado o trabalho sem conteúdo, promovendo uma “cisão entre trabalho e conhecimento”.

⁵ Tese também compartilhada por outros autores, como: GENTILI (1998); HIPOLITO (2019); EVANGELISTA & SHIROMA (2007).

⁶ Como exemplo podemos citar o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível médio. Segundo Silva (2018, p. 9): “Em pouco mais de 20 anos foram duas diretrizes curriculares de abrangência nacional para o ensino médio, duas para educação profissional técnica de nível médio, dois decretos para esta modalidade, uma alteração constitucional, um projeto de lei, um programa indutor de reformulação curricular (ProEMI), além das alterações nas avaliações em larga escala”.

O que se percebe é que a formação tem privilegiado o saber tácito e do senso comum⁷, as ações didáticas referidas às práticas cotidianas, destituídas de qualquer fundamentação teórica, que privilegiam a centralidade dos alunos e dos métodos de aprendizagem, o que, para nós, tende a reproduzir uma visão pragmático-utilitarista de educação, que não rompe com o caráter alienante produzido pelo sistema capitalista, mas o reforça, promovendo a liquidação⁸ da escola como espaço privilegiado de construção de sujeitos autônomos.

Para Catini (2020, p. 58), essa centralidade do estudante e da aprendizagem não se dá sem o “apagamento do trabalho docente e do ensino”:

Essa orientação “para a vida” cindida da formação teórica vai convidando o docente a assumir o papel de *coach*, pois a tarefa de identificar, avaliar e preencher os *déficits* de habilidades torna-se missão motivacional para amoldamento a atributos genéricos e formas de reação às instabilidades previstas pelos mercados e investimentos.

São essas as características pedagógicas que a educação empreendedora visa imbuir nos indivíduos. Ante as rápidas mudanças no sistema produtivo, de base microeletrônica, e as instabilidades do mercado de trabalho, os sujeitos são instados a, rapidamente, se adaptarem a uma realidade sem garantias. A tônica das ações formativas recai, dessa maneira, no desenvolvimento de competências genéricas, habilidades socioemocionais, saberes tácitos, práticos e cotidianos, que possibilitem a reinserção dos indivíduos em uma atividade econômica que possa garantir seu sustento (empregabilidade). Uma das soluções apresentadas para o atual quadro de desemprego é justamente o empreendedorismo.

Atualmente, o problema de maior envergadura das IES está no grande percentual de bacharéis que elas formam e lançam no mercado a cada ano, que se mostra em dissonância com a realidade dos dias atuais nos quais sobressaem altos índices de desemprego. Esse cenário emerge, principalmente, devido ao enxugamento do quadro de funcionários nas grandes corporações, reestruturações, fechamento, privatizações, ferramentas administrativas como o *downsizing* (HENRY; HILL; LEITH, 2005) e níveis do crescimento da economia girando na casa de 2% ao ano. Dessa forma, da década de 1990 até os dias

⁷ Tomamos o termo senso comum no seu sentido gramsciano, ou seja, de uma “filosofia espontânea”, de uma visão de mundo que carece de autoconsciência, que se expressam na linguagem, no imaginário popular (folclore), nos saberes cotidianos, que constituem o núcleo da racionalidade do homem comum. Essa forma de racionalidade é resultado de uma relação passiva com o mundo, que precisa ser superada, no processo de construção da autonomia. Também para Vigotski e a Psicologia Histórico-Cultural o foco das práticas pedagógicas está em elevar a consciência dos conceitos espontâneos para os conceitos científicos (VIGOSTKI, 2009).

⁸ Adorno (2005, p. 13), diz que: “O entendido e experimentado medianamente – semi-entendido e semi-experimentado – não constitui o grau elementar da formação, e sim seu inimigo mortal”. Nesse sentido, acreditamos, mesmo que Laval (2019) não compartilhe desse pensamento, que há sim um movimento de desqualificação da educação e da escola pública republicana, que opera a ponto de materializar a sua liquidação.

atuais, a história brasileira tem presenciado a crescente busca pelo auto-emprego, caracterizado pelo surgimento de empreendedores involuntários, representados, principalmente, por recém-formado e por trabalhadores demitidos de suas empresas (HENRIQUE et al., 2008, p. 114-115).

A educação empreendedora, nesse sentido, é uma estratégia pedagógica para habilitar o trabalhador a viver e atuar em um mundo em constante mudança, onde já não se pode mais contar com as garantias dos direitos trabalhistas e com as políticas de corte social do chamado estado de Bem-Estar Social. Os indivíduos devem aprender a gerarem sua própria renda, a empregarem seus próprios “talentos” e disposições pessoais, na garantia de sua sobrevivência em uma realidade cada vez mais transitória e instável (COAN, 2013).

Um dos primeiros a utilizar a palavra empreendedorismo foi Richard Cantillon, ainda em meados do século XVIII, para se referir a certas pessoas que assumiam riscos diante das incertezas. Depois dele, outra importante figura foi Jean Baptiste Say (1767-1832), um economista francês, que desenvolveu a lei de preservação do poder de compra, e que entendia o empreendedor como um organizador da produção para obtenção de novos ganhos. A evolução do significado do termo empreendedorismo, e sua polissemia, denota que a construção do seu sentido ainda é um campo de disputas. Apesar disso, o seu conceito traz alguns elementos que parecem ser compartilhados por aqueles que têm se dedicado a estudar sobre o tema (LANDSTROM & LOHRKE, 2010).

Por mais que a literatura especializada seja genérica ao definir o conceito de empreendedor e empreendedorismo, com flutuações desses significados no tempo histórico, encontramos nele alguns termos recorrentes, como aqueles relacionados a risco, incerteza, mudança, inovação, sonho, ambição, negócio (VERGA & SOARES DA SILVA, 2014). Podemos inferir, a partir desses sentidos, que o empreendedor é um indivíduo com certas habilidades pessoais (inatas ou adquiridas), que o colocam em vantagem para agir sobre uma realidade sempre cambiante, incerta e instável.

No campo da educação superior as discussões sobre o empreendedorismo têm ganhado bastante relevância e adeptos. Segundo o estudo: “Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras 2014”, realizado pela Endeavor Brasil e pelo Sebrae⁹, 48,7% dos estudantes universitários brasileiros, de instituições públicas e privadas, já cursaram alguma disciplina sobre empreendedorismo e, entre os formandos, 63% afirmam ter cursado alguma disciplina sobre o tema.

⁹ Link para a pesquisa: <https://info.endeavor.org.br/62d6786f0e39dffdb3d0>. Acesso em 02 de setembro de 2022.

Segundo esses mesmos dados, o maior percentual de alunos que afirmam ter cursado alguma disciplina relacionada ao empreendedorismo está na área de Administração e Negócios, com 65% do total. No entanto, impressiona o percentual de alunos, de outras áreas do conhecimento, que admitem já terem feito alguma disciplina nesse campo, como: Ciências Humanas (32,4%), Letras e Artes (32,9%), Ciências Exatas e da Terra (49,8%), Engenharias (41,9%).

A capilaridade, nas Instituições de Ensino Superior (IES), que vem ganhando esse tema parece ser corroborada pela fala de Fernando Dolabela¹⁰, um dos maiores expoentes daquilo que se denomina de educação empreendedora¹¹ no Brasil. Ele se orgulha em dizer que tenha criado uma “metodologia inovadora” no campo da educação empreendedora, que já foi implementada em mais de 150 cidades: “Me enganei quando pensei, no início, que meus clientes seriam escolas particulares. Quando o prefeito tem boas intenções e quer desenvolver a cidade, percebe a importância da formação empreendedora” (DELGADO, 2021).

Esse dado mostra a grande adesão que esse tipo “metodologia” vem ganhando no país, tanto na Educação Básica, à exemplo do programa lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em outubro de 2021, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Educação Empreendedora¹², como nas instituições de ensino superior, que remonta, segundo próprio Dolabela (2004, p. 127), os anos de 1996-1998, período que o mesmo implementou “a disciplina de empreendedorismo em 100 cursos superiores de informática em todo o Brasil”: uma metodologia que visa habilitar o aluno para “dar uma solução para sua própria vida” (DOLABELA, 2004, p. 129).

Não por acaso, o empreendedorismo tem sido tema obrigatório nas escolas de educação básica, constando, inclusive, entre os quatro eixos estruturantes nas atuais

¹⁰ Fernando Celso Dolabela Chagas é graduado em Direito e Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), Mestrado em Administração pela UFMG, ex-professor, na área de Empreendedorismo, da UFMG, de 1992-1997, consultor da Confederação Nacional da Indústria – Instituto Euvaldo Lodi (CNI – IEL), escritor de várias obras sobre a temática do empreendedorismo e de obra clássica sobre educação e empreendedorismo – Pedagogia Empreendedora. Criou vários programas, como a Oficina do Empreendedor, “implementada em mais de 400 instituições de ensino superior, atingindo cerca de 3.500 professores e 160.000 alunos” (BRITO, [s.d.]). Apesar disso, o autor em tela não possui formação específica na área da pedagogia.

¹¹ Neste trabalho tomamos os termos: “educação empreendedora”, “educação para o empreendedorismo”, “formação empreendedora”, com um mesmo sentido, visto que, mesmo entre os especialistas da área, não existe uma preocupação com a uma delimitação conceitual mais específica para eles.

¹² O Sebrae informa, em seu sítio da internet, que esse programa já está em mais de 4.533 municípios, atendendo 7 milhões de estudantes e 270 mil professores. (Ver dados em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreendedora>).

Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio¹³, e na educação superior, como um dos eixos do Programa Future-se, do governo federal, que visa a formação de Universidades Empreendedoras¹⁴.

Apela-se, desse modo, para uma educação de um outro tipo, cujo foco recai sobre o “aprender a aprender”¹⁵, um dos quatro pilares da educação do novo século XXI (DELORS, 2006). O importante não está na transmissão do conteúdo pelos professores aos seus alunos, mas na aquisição, pelos estudantes, de um método de aprendizagem que possa garantir, a estes, a aprendizagem ao longo de toda a vida.

Outro viés desse tipo de formação está no “aprender a ser” e no “aprender a viver com os outros”, estratégias formativas que se ligam ao desenvolvimento de competências socioemocionais¹⁶, cujo intuito é preparar os indivíduos para viverem na instabilidade (CATINI, 2020), sem nenhuma garantia, e a se tornarem flexíveis, bem como a atender as demandas que a base técnico-produtiva tem exigido. Aqui temos o resgate de alguns elementos da Teoria do Capital Humano, especialmente os elementos formativos que se direcionam para formação das competências socioafetivas:

Pobreza não é ausência de renda. Pobreza é a incapacidade de um ser humano utilizar seu potencial para desenvolver-se. Como isso acontece? Desperdiçando sua própria energia, seus próprios recursos, seu **capital humano e social** (DOLABELA, 2004, p. 129. Grifo nosso).
[...] a criação de uma metodologia para o desenvolvimento dessa competência [empreendedora] **envolve bem mais que a aquisição de conhecimentos, mas o aprender a aprender, a ser, a fazer e, principalmente, a conviver** (HENRIQUE et al., 2008, p. 118. Grifo nosso).

Em uma realidade em que a “desmaterialização das economias avançadas” (DELORS, 2006, p. 94) põe em relevo o crescimento do setor de serviços, muito mais fluído e cambiante que o setor industrial, se faz necessário um tipo de preparação que “as formações tradicionais não transmitem”, tais como: “estabelecer relações estáveis e eficazes entre as pessoas”. Nesse sentido, substitui-se a base da formação do novo trabalhador: de uma base mais intelectual para uma base mais comportamental e comunicacional.

¹³ Resolução CNE/CEB 3/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24.

¹⁴ Sobre o Programa Future-se, ver XXXX e XXXX, 2021.

¹⁵ Para Jacques Delors (2006, p. 92), o “aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender”.

¹⁶ O debate sobre as competências socioemocionais na educação básica no Brasil ganha especial destaque por influência da OCDE, em parceria com organizações como o Instituto Ayrton Senna, tendo como marco a realização do Fórum Internacional de Políticas Públicas: educar para as competências do século XXI, realizado em 2014, cujo objetivo era discutir a incorporação das competências socioemocionais no currículo. Anos depois, em 2017, as competências socioemocionais são incorporadas ao rol de competências gerais da BNCC. Ver Mueller et al., 2020.

O que pode ser uma oportunidade para os não diplomados, ou com deficiente preparação em nível superior. A intuição, o jeito, a capacidade de julgar, a capacidade de manter unida uma equipe não são de fato qualidades, necessariamente, reservadas a pessoas com altos estudos. Como e onde ensinar estas qualidades mais ou menos inatas? (DELORS, 2006, p. 95).

Esse desiderato se confirma e se fortalece em economias denominadas emergentes, pois as populações desses países já convivem com um alto nível de desemprego, que ainda sobrevive ao lado da exploração de produtos primários. Dessa maneira, a informalidade crescente da economia depende da “existência de uma capacidade empreendedora bem adaptada às condições locais” (DELORS, 2006, p. 96).

Para Catini (2020), tanto a educação empreendedora, quanto a ênfase pedagógica nas competências e habilidades socioemocionais são parte do que ela denomina de “protagonismo negativo”, ou seja, os jovens e adolescentes são responsabilizados pela autogestão da sua formação. Uma formação pragmática, esvaziada de conteúdo, onde a ampliação de tempo de formação se faz pela diminuição de conteúdos que poderiam formar uma consciência crítica, como os de história, sociologia, filosofia, artes, etc.

Revela-se o caráter ideológico da educação “empreendedora”, pois esta não pode resolver, sozinha, aquilo que não produziu. Pensar a educação como panaceia para solução dos problemas objetivos, frutos das contradições operadas a nível estrutural, é reproduzir uma visão idealista de educação. Nesse sentido, tanto as pedagogias do “aprender a aprender”, como ademais, a pedagogia do empreendedorismo, reforçam o caráter ideológico da educação, colocando-a acima da sociedade.

3 O PROGRAMA UFMA EMPREENDEDORA: DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, DESVALORIZAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Em outro trabalho (XXX; 2021), argumentamos que a Universidade Federal do Maranhão passou por um processo de reestruturação administrativa em que foram criados alguns setores responsáveis por operacionalizar as diretrizes contidas no projeto de reforma universitária do governo Bolsonaro, o Programa Future-se. Tal proposta, embora não tenha sido efetivamente implementada na forma de uma política para as universidades federais, devido sua ampla rejeição no âmbito das IES, vem convencendo adeptos ao processo de “modernização” da universidade, nos moldes do Programa.

Um dos eixos do Future-se é exatamente o empreendedorismo, que, segundo o Projeto de Lei que trata do Programa (PL nº 3.076/2020), consiste em “apoiar a implantação e a consolidação de ambientes que promovam inovação, com foco no estabelecimento de parcerias com o setor empresarial, incluídos os parques e polos tecnológicos, as incubadoras e as startups” (art. 19, I).

Além disso, prima pelo aprimoramento de “modelos de negócios” das universidades e institutos para que possam oferecer inovações que supram as demandas da sociedade, por meio do fomento a projetos de pesquisa aplicada e projetos de inovação que estimulem a criação de startups (art. 19, VII), definindo uma prioridade a projetos de pesquisa de viés específico.

A partir do ano de 2019, observamos a ocorrência de um processo de reestruturação de setores importantes da UFMA, a exemplo da antiga Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPGI), que concentra as políticas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, empreendedorismo e internacionalização, que corrobora a hipótese apresentada neste texto, a saber: de que há uma convergência tácita com os princípios e diretrizes do programa na atual gestão da UFMA.

Rebatizada como Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização (Ageufma), “tem por finalidade planejar, orientar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de Inovação Tecnológica, Pesquisa, Pós-Graduação, Empreendedorismo e Internacionalização no âmbito da UFMA”, tendo como destaque desenvolver ações que “potencializem a capacidade empreendedora e de inovação da comunidade acadêmica, proporcionando soluções e serviços à sociedade (XXX, 2021, p. 1062).

Com essa reestruturação a Ageufma se tornou uma espécie de super pró-reitoria, que centralizou grande parte das ações acadêmicas em suas mãos, mesmo as pertinentes à graduação, passando a ter ampla ingerência sobre todas as demais pró-reitorias da universidade, podendo orientar e induzir ações em setores que, anteriormente, escapavam da sua competência institucional.

Em sua fala o reitor, Prof. Natalino Salgado Filho, deixa claro essa intenção, quando afirma que:

Quando estávamos elaborando nosso plano de governo [...] Nós estávamos trabalhando a possibilidade de termos uma pró-reitoria que pudesse unir o ensino, a pesquisa, a extensão, a internacionalização, a um quinto eixo, estratégico e de bastante relevância, que é o empreendedorismo (JESUS, 2021).

Como esse eixo, a partir da aprovação das resoluções citadas, engloba, agora, todas as ações acadêmicas nas suas várias dimensões (ensino, pesquisa, extensão, internacionalização), é de ser observar que ele assume preponderância sobre os demais. Por analogia à fala do reitor, podemos afirmar que o eixo do empreendedorismo, na UFMA, assume toda relevância estratégica nas ações acadêmicas da instituição.

Dando continuidade a esse processo de reestruturação e de fomento às atividades de inovação e empreendedorismo na universidade, foi elaborada uma política institucional de empreendedorismo na UFMA, regulamentada pela Resolução n. 339 – CONSUN, de 15 de janeiro de 2021¹⁷ e pela Resolução n. 2.425 – CONSEPE, de 25 de janeiro de 2022, sendo responsável por difundir e estimular a cultura empreendedora na instituição. A política de empreendedorismo da UFMA se desenvolve por meio de cinco subprogramas: educação empreendedora, incubadora *start up* UFMA, empresas juniores, UFMA criativa e, finalmente, o parque tecnológico.

A resolução n. 339/CONSUN, justifica as ações de empreendedorismo e inovação da universidade com base na autonomia universitária (Art. 207 da CF/98), na Lei de Inovação (Lei n. 10.973/2004 alterada pela Lei n. 13.243/16), na Lei n. 13.874/2019, que instituiu a Declaração de Direitos e Liberdade Econômica e estabeleceu as garantias de livre mercado, além de outros regulamentos e dispositivos legais.

Considera as ações de empreendedorismo e inovação como componentes das atividades essenciais da instituição, estabelecendo, junto às já tradicionalmente desenvolvidas, uma espécie de novo quadripé acadêmico, baseado em “ações transversais que permeiam as atividades fundamentais e indissociáveis de Universidade (ensino, pesquisa e extensão)”, além de entender que tais estratégias são uma forma da instituição “modificar a realidade à sua volta de uma forma construtiva” (UFMA, CONSUN, 2021, p.1), o que reproduz, no nosso entendimento, uma visão idealista e mercantil de educação.

Na estrutura da Ageufma foi criada uma diretoria específica dedicada ao empreendedorismo, Diretoria de Empreendedorismo (DEMP), que implementa as ações decorrentes da política de empreendedorismo da UFMA. Segundo a Resolução n. 336 – CONSUN, no seu artigo 2º, são objetivos da política de empreendedorismo da UFMA, a serem implementados por meio da DEMP:

¹⁷ Segundo esta resolução o “fomento ao empreendedorismo é o caminho pelo qual a Universidade pode vir a modificar a realidade social à sua volta de uma forma construtiva, beneficiando a sociedade como um todo” (UFMA; CONSUN, 2021, p. 1).

I - Incentivar e apoiar o empreendedorismo e a inovação, conectando interesses da Universidade aos setores governamentais, produtivos e da sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Maranhão;
II - Identificar e promover o desenvolvimento de competências empreendedoras junto à comunidade acadêmica da UFMA e região;
III - Fomentar o espírito empreendedor e a criatividade entre alunos, ex-alunos e profissionais afiliados a projetos da UFMA, na forma de desenvolvimento, produção e comercialização pioneira de novos produtos ou serviços;
IV - Estabelecer estratégias de ação coordenada, interna e externa, que estimulem novas formas de parcerias com o setor produtivo e a sociedade civil;
V - Promover o diálogo para estabelecer parcerias estratégicas orientadas para o médio e longo prazo, com empresas e entidades públicas e privadas, visando estimular o empreendedorismo e a inovação;
VI - Difundir a cultura empreendedora por meio da criação e desenvolvimento de Startups, Spin-offs, Empresas Juniores, Incubadoras e Parques Tecnológicos, visando a ampliação da participação e contribuição da UFMA no desenvolvimento local, regional e nacional; VII - promover formas de apoio institucional para a inovação de produtos, processos e serviços, incorporando-se competências e resultados de pesquisas a projetos e ações de cooperação com o setor produtivo;
VIII - Propor programas, projetos, ações e estudos que subsidiem a formulação e a implementação de políticas de estímulo e programas de desenvolvimento tecnológico, formação empreendedora, startups e inovação (UFMA, CONSUN, 2021, p. 2-3).

Para isso a Diretoria conta com um Núcleo Avançado de Empreendedorismo (NAVE), um prédio próprio para o desenvolvimento das ações e que “abrigará as atividades de fomento à política de empreendedorismo e gestão da inovação”, dentre elas:

I - Programa de Educação Empreendedora; II - Modelagem de Negócio; III - Desenvolvimento de startups e spin-offs; IV - Incubação e aceleração de empresas; V - Desenvolvimento de Empresas Juniores; VI - Gestão da inovação e serviços tecnológicos; VII - Espaço de *coworking*, eventos e *labs*; e VIII - Gestão do Parque Tecnológico (UFMA, CONSUN, 2021, p. 4).

Ainda possui uma estrutura organizacional, formada por dois núcleos e, assim, definida:

- I – Coordenação de Formação Empreendedora e Empresas Juniores (CFEJ);
- II – Coordenação de Incubação, Startups e Parque Tecnológico (CISP).

A Coordenação de Formação Empreendedora e Empresas Juniores (CFEJ) define, como uma de suas finalidades, o desenvolvimento da “cultura empreendedora”, foco da política de empreendedorismo na UFMA (UFMA; CONSUN, 2021), por meio de práticas da “**educação empreendedora**, que transformem a universidade em um espaço de conexão e protagonismo para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor do estado Maranhão” (UFMA, CONSUN, 2021, p. 7. Grifo nosso).

As práticas de educação empreendedora se farão por meio do Programa de Educação Empreendedora¹⁸, cujo objetivo está definido no Artigo 5º da Resolução n. 336 – CONSUN:

Art. 5º O Programa de Educação para o Empreendedorismo e Inovação terá como objetivo promover e valorizar, na comunidade acadêmica, a criatividade, o empreendedorismo e a inovação, com vistas a trabalhar conteúdos e desenvolver **conhecimentos e características comportamentais** que permitam a **transformação do conhecimento em novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social**, capazes de resultar em **novos produtos, processos ou serviços** (UFMA; CONSUN, 2021, p. 4. Grifo nosso).

Percebemos, grosso modo, que a noção de formação empreendedora contida no documento é, ainda, muito incipiente e mesmo genérica. Não traz explicitamente, em seu escopo, que concepção pedagógica orientará o Programa (embora, implicitamente, se oriente pelas mais diversas concepções pedagógicas, dentre elas: a pedagogia das competências, alguns elementos da teoria do capital humano, dentre outras), nem como a denominada “cultura empreendedora” será construída na comunidade acadêmica¹⁹. Ainda toma o conceito de inovação de maneira bem simplista, como sinônimo de novidade, tendo como foco o desenvolvimento de serviços, processos e produtos.

No capítulo IV da referida resolução, a parte que trata do processo de incubação, o foco é a criação e o desenvolvimento de “novos negócios mediante o estímulo ao surgimento de ambientes especializados na Cidade Universitária e nos demais *campi* da UFMA” (UFMA; CONSUN, 2021, p. 5), a partir de cinco etapas: 1. a difusão; 2. a ideação; 3. a modelagem de negócios; 4. a incubação e, 5. a aceleração. Fica claro na descrição dessas etapas o grande apelo à criação de negócios, serviços e produtos, a conquista de novos clientes, bem como a oferta da estrutura física e a prestação de apoio técnico e gerencial pela universidade a esses novos empreendimentos, no intuito da captação de recursos, que está regulamentada pelo Art. 10²⁰.

O Art. 9º tenta deixar mais claro como se fará essa parceria público-privado, especialmente no tocante ao compartilhamento de tecnologia e da estrutura física e de apoio técnico e gerencial da universidade:

¹⁸ Também denominado de Programa para a Educação do Empreendedorismo e Inovação (UFMA; CONSUN, 2021, p. 4).

¹⁹ No Art. 7º, que trata do processo de incubação, na etapa de difusão, a resolução elenca alguns mecanismos e estratégias que poderiam fomentar essa cultura empreendedora: “palestras, *workshops*, vídeos, cursos presenciais e a distância e conteúdo apresentado no *site* da AGEUFMA” (UFMA; CONSUN, 2021, p. 5). Tais estratégias, porém, são difusas e insuficientes para o que se pretende.

²⁰ A participação no processo de incubação estabelece compulsoriamente o aceite e assinatura prévios por parte dos responsáveis pelas empresas/projetos participantes de termo de compromisso no qual se comprometem com o atendimento das normas de compartilhamento dos ganhos oriundos de negociações realizadas, na forma da lei e/ou resolução específica publicada pela UFMA (UFMA; CONSUN, 2021, p. 6).

Considerando que o processo de incubação visa apoiar a comunidade acadêmica e a comunidade em geral, o NAVE selecionará e disponibilizará facilitadores para o acompanhamento dos empreendimentos incubados, estabelecendo normas de uso compartilhado de espaço, laboratórios, auditórios e equipamentos da UFMA, observando as disposições da legislação aplicável e normas internas da Instituição (UFMA; CONSUN, 2021, p. 5).

Apesar da resolução não falar expressamente sobre quem seriam esses “facilitadores”, entendemos que se refere aos *experts* oriundos do terceiro setor ou mesmos os empresários do setor produtivo e de negócios; os mesmos que estão apoiando as ações da Ageufma e da DEMP, e que estavam presentes na data de lançamento do Programa UFMA Empreendedora²¹.

Outra ação que visa promover o empreendedorismo na UFMA é o programa UFMA Empreendedora. O lançamento do programa foi realizado em 30 de novembro de 2021, por meio de um evento de inauguração veiculado pela plataforma Youtube, que teve a presença da Profa. Dra. Rose Mary Almeida Lopes²², proferindo a palestra: “Contribuição da educação empreendedora para girar a hélice da universidade” (JESUS, 2021).

Este evento contou com a participação de várias instituições do terceiro setor ligadas ao mundo empresarial, como a Federação da Indústria do Estado do Maranhão (FIEMA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE), dentre outras. A relação do programa com esse segmento é destacada na fala do Diretor de Empreendedorismo da UFMA, o Prof. Walter Nunes:

O Programa lançado, de acordo com o Diretor de Empreendedorismo da Ageufma, Prof. Dr. Walter Nunes, tem forte ligação com diversos setores produtivos, governos e instituições do terceiro setor, facilitando a aplicação prática do conhecimento em empreendedorismo desenvolvido na Universidade. “Universidades Empreendedoras, como a UFMA, são instituições que possuem incorporado em sua missão o protagonismo na consolidação do ecossistema empreendedor de sua região”, relata (JESUS, 2021).

Destacamos o caráter subalterno que a universidade parece ocupar nas discussões sobre esse tema. A proeminência do debate é dada às instituições do terceiro setor representativas dos interesses empresariais, que, por meio de seu *know how* (ou saber fazer), tem orientado as questões pertinentes às ações que serão desenvolvidas pela instituição: um saber meramente prático e esvaziado de reflexões críticas.

²¹ Dentre eles: FIEMA, SEBRAE e ANEGEPE.

²² Ex-professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e vice-presidente da Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE), escritora de vários livros, em especial na área da educação empreendedora, como o “Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas”, publicado pela editora Elsevier Campus; Sebrae, em 2010.

O presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae-MA, Raimundo Coelho, corroborou, na abertura do evento, a parceria da UFMA no decorrer da construção do Programa. “Para nós, do Sebrae, este evento tem um significado muito relevante, porque é papel do Sebrae desenvolver o empreendedorismo”, destacou o presidente.

Durante sua fala, apresentou questões importantes como a necessidade de agregar parceiros que possam trazer para a Universidade um conhecimento prático, uma visão e uma cultura empreendedora. “Estamos levando conhecimento, essa cultura de empreender, essa visão. Nós estamos levando para dentro da universidade. É lá que estão os jovens. Os jovens que desejamos que sejam os futuros empreendedores”, reforçou (JESUS, 2021).

O mote para tais ações de empreendedorismo fica claro na fala do presidente do Sebrae-MA, Raimundo Coelho.

“Se a gente olhar no retrovisor, nós vamos ver que antes dessa política de empreendedorismo, de ação empreendedora, estávamos preparando pessoas para conquistar os melhores empregos oferecidos por grandes empresas, negócios e o serviço público, no entanto chegou a hora de **a gente preparar jovens para gerar empregos e renda**”, finalizou o presidente do Sebrae, Raimundo Coelho (JESUS, 2021. Grifos nossos).

Percebemos, assim, que a política de educação empreendedora da universidade segue, em alguma medida, as diretrizes da Teoria do Capital Humano, bem como das pedagogias do “aprender a aprender”, com uma tônica expressamente instrumental e pragmática, que remete ao neotecnicismo em educação.

O foco é habilitar tecnicamente os indivíduos para viverem em um mundo de “incertezas, ambiguidades e complexidades”²³, para que possam se inserir, eficazmente, no “movimento da nossa economia, [...] que faz a máquina girar”, pois o mercado precisará desse “jovem empreendedor que vai criar e gerar riqueza para o país, para que o país seja sustentável”, como afirmou o Secretário da Educação Básica, Rossieli Soares da Silva²⁴, à época da aprovação da MP n. 176/16, transformada na Lei n. 13.415/17, a lei que regulamentou a reforma do ensino médio²⁵.

Nos referimos, aqui, à reforma do ensino médio, apenas para afirmar a articulação desse tipo de formação em todos os níveis da educação básica²⁶ e no ensino

²³ Fala proferida pelo Prof. Hélio Trindade Matos, da CISP, em podcast sobre as “Startups e a cultura empreendedora na UFMA”, quando perguntado sobre a viabilidade econômica da criação de *startups* no Maranhão. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/ageufma/paginas/pagina_estatica.jsf?id=1360.

²⁴ Revista Mapa da Educação <http://mapaeducacao.com/blog/>, em 04/05/2022.

²⁵ Citamos esse exemplo, relacionado ao Ensino Médio, para demonstrar que as ações, no sentido da implementação de uma “cultura do empreendedorismo”, estão capilarizadas em toda a educação básica.

²⁶ Inclusive no tocante à formação de professores, à exemplo do Programa de Educação Empreendedora, criado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Esse programa visa ofertar “Formações para professores da Educação Básica e da Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo de trabalhar as competências empreendedoras previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os principais temas são Cultura Empreendedora, Projeto de Vida e Mundo do Trabalho, importantes para a implementação do Novo Ensino Médio. O objetivo é atingir cerca de 540 mil

superior. No ensino superior, por exemplo, a educação empreendedora relaciona-se, no caso específico da UFMA, à tentativa de implementação do Programa Future-se sem o devido debate acadêmico e sem a aprovação dos conselhos superiores desta instituição, processo já analisado pelos autores deste artigo em publicação anterior (XXX, 2021).

Também significa uma tentativa da UFMA de se autofinanciar por meio da venda de produtos (mercadorias) técnico-tecnológicos para iniciativa privada, um dos objetivos subjacentes ao Future-se, em vista dos consecutivos e progressivos cortes orçamentários de recursos de custeio e investimentos das universidades federais. Catini (2020, p. 56), afirma que esse fato é mais uma forma de apropriação privada da educação pública, que não se direciona simplesmente para o controle curricular dos conteúdos do processo de formação, mas que também visa controlar o “próprio trabalho estudantil, para além do trabalho educativo”, o que configuraria, segunda ela, “mais uma volta no parafuso e uma hipótese pouco considerada nas pesquisas sobre privatização da educação”.

Uma tentativa arriscada, pois pode reforçar a ideia, muito em voga atualmente, que o Estado não deve manter as políticas para o financiamento do ensino superior público, por ser esse nível de ensino oneroso, elitizado e ineficiente. Um discurso ideológico, que apela para a lógica de funcionamento do Estado neoliberal, caracterizado pela dualidade entre Estado Forte (centralizado) x Estado Fraco (descentralizado): fraco para a manutenção das políticas de corte social e forte no tocante a avaliação das políticas e instituições de ensino²⁷.

Outrossim, a adesão da universidade à lógica mercantil, com a venda de serviços e produtos para a iniciativa privada, pode induzir e reforçar a ideia de que só as áreas das ciências que produzam esse tipo de “mercadoria” devem ficar com o grosso dos recursos e receitas das IES.

Esse fato, inclusive, já vem sendo materializado na própria UFMA, que acatou, de modo irrestrito, a orientação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) dada pela Portaria n. 1.112, de 19 de março de 2020, que trata da observância de prioridades referentes às áreas estratégicas de projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de tecnologia e inovações. Tal orientação foi integralmente incorporada ao edital para seleção de Projetos de Pesquisa que participaram do

professores, em três anos (2021 a 2024), das redes públicas de ensino.” Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas/programa-educacao-empreendedora> .

²⁷ Ver, em relação a isso, o caso da tramitação, no Congresso Nacional, da Proposta de Emenda Constitucional n. 206, que dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Edital Ageufma n. 24/2022²⁸), para o período de 2020 a 2023.

Tal decisão restringiu a aprovação de projetos pelas áreas das ciências que não se enquadram nas eleitas como prioritárias pelo MCTIC: Estratégicas; Habilitadoras; de Produção; para o Desenvolvimento Sustentável e para Qualidade de Vida (BRASIL; MCTIC, 2020); criando uma hierarquia na universidade no tocante ao desenvolvimento de pesquisa, onde áreas como as de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não gozarão do mesmo prestígio que aquelas que, potencialmente, produzem receita para a instituição por meio da comercialização de algum produto ou serviço, visto que nem todas as áreas do conhecimento geram, como resultado de suas investigações, produtos que interessem ao mercado capitalista.

Apesar das iniciativas da UFMA no sentido da institucionalização da sua política de empreendedorismo, por meio dos programas anteriormente mencionados, tais estratégias ainda se mostram bem tímidas. Acreditamos que a Pandemia do novo Corona vírus possa ter frustrado algumas ações da política de empreendedorismo da universidade. Outro fato a ser observado é que apenas agora, em janeiro de 2022, a resolução do CONSEPE, que define as políticas da Ageufma no âmbito da educação empreendedora, foram aprovadas.

É necessário que a investigação das ações que visam a criação de uma “cultura empreendedora” na universidade, consolidada pela implantação, nos cursos de graduação, de uma “Educação Empreendedora”, estimulada pela DEMP, continuem a ser analisadas. Só assim saberemos se tais ações irão se consolidar como uma política institucional da UFMA, com o apoio da comunidade acadêmica, especialmente de docentes e discentes.

4 CONCLUSÃO

As transformações proporcionadas pelo revolucionar da base técnico-produtiva material, naquilo que se tem denominado de Indústria 4.0, caracterizada pela intensificação da automação dos processos produtivos, somado às mudanças na organização do trabalho, têm gerado grandes desafios para a sociedade atual.

²⁸ No item 4 (Requisitos do(s) plano(s) de trabalho(s) do(s) bolsista(s)) do referido edital, inciso 4.5, lemos: “Os planos de trabalho devem apresentar aderência a, no mínimo, uma das Áreas de Tecnologias Prioritárias do MCTIC, conforme estabelecido na Portaria MCTIC nº 1.122/2020, com texto alterado pela Portaria MCTIC nº 1.329/2020”.

O enorme desemprego gerado por tais transformações é um desses desafios. A financeirização da economia tem agravado o problema, já que o capital especulativo que se autorreproduz nas bolsas de valores tem pouco potencial para gerar empregos reais, na produção industrial.

Também não aconteceu o que muitos esperavam com o processo acelerado de desindustrialização da economia, ou seja, as vagas fechadas na indústria não foram abertas, na mesma proporção e qualidade, em outras áreas da economia, como, por exemplo no setor de serviços.

O que vemos hoje é o crescimento de ocupações efêmeras, que se colocam à margem de qualquer proteção trabalhista, à exemplo do processo intenso de “uberização” dos trabalhadores, fazendo com que a instabilidade, a precariedade, a exploração sem limites sejam normalizadas. O Estado, que poderia mediar tais tensões, vem perdendo sua força, sobrepujado ou cooptado pelos grandes oligopólios econômicos internacionais.

Nesse cenário, o trabalhador, responsabilizado por seu próprio sucesso ou fracasso, deve adaptar-se à nova realidade e se integrar à racionalidade capitalista atual. A ideologia do empreendedorismo vem responder a esse conjunto de mudanças que atravessam a nossa sociabilidade. Ela cumpre o desiderato de oferecer uma resposta e uma justificativa para os problemas oriundos da exploração ampliada do capitalismo em sua fase neoliberal, ampliando a reprodução da barbárie, pois as bases de produção e reprodução do capital permanecem inalteradas.

A resposta é a auto exploração, pelos sujeitos, do seu próprio trabalho, visto que o capital perdeu a faculdade de explorar trabalho vivo na proporção que permita a reprodução da força de trabalho daqueles que se encontram inseridos no mercado de trabalho formal ou, por outro lado, simplesmente prescindem de amplos contingentes de força de trabalho, que engrossam o exército industrial de reserva e que tem que arcar com sua própria sobrevivência por meio do trabalho precário. A justificativa, por tanto, passa pelo reforço de uma ideologia que privatiza o sucesso e o fracasso dos indivíduos, intensificando a concorrência, o individualismo e a violência, tanto estrutural como as violências que dela se originam.

Nesse sentido, a Pedagogia do Empreendedorismo, que agora se espalha do mundo dos negócios para a educação formal, visa habilitar os estudantes, no sentido de uma instrumentalização, para que estes possam se integrar a esse mundo de modo cada vez mais reificado, sujeitado e heterônimo. É uma formação deformadora, que reproduz a semiformação e a semicultura características da sociedade da Indústria Cultural (ADORNO, 2005), que nega aquilo mesmo que busca afirmar: nega a formação pela

afirmação de uma formação baseada em conteúdos culturais (competências e habilidades), que impossibilitam que os sujeitos possam se emancipar e se tornarem autônomos.

A escola, ou universidade, que adere a esse tipo de pedagogia subverte mesmo o próprio sentido de formação humana: uma formação ampla, que tanto habilita para a dimensão técnica, quanto para a política, estética e ética.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da semicultura. Primeira Versão. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, Ano IV, Vol. XIII, Nº 191, maio/Agosto, 2005.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época; v. 58).

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal 1 1 - Este ensaio contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Educação e Pesquisa [online]. São Paulo, 2021, v. 47 [Acessado 4 Abril 2022], e226115. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>>. Epub 23 Jun 2021. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>.

Brasil. Ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações. Gabinete do Ministro. Portaria n. 1.122, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 2020, Ed. 57, Seção 1, p. 19.

BRITO, Cláudio. Fernando Dolabela: insights sobre empreendedorismo e educação empreendedora. **Acelera Startups**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <http://www.acelerastartups.com/br/fernando-dolabela-educacao-empresendedora/> . Acesso em: 14/04/2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CATINI, Carolina. **Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação**. Revista USP, São Paulo, n. 127, p. 53-68, out/nov/dez. 2020.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo**. Revista LABOR, Ceará, n. 9, v.1, p. 1-18, jul/dez, 2013.

DELGADO, Malu. 'Empreender gera transformações úteis à coletividade', define criador da Pedagogia Empreendedora. **Canguru News**, São Paulo, 14 de set. de 2021. Disponível em: <https://cangurunews.com.br/pedagogia-empreendedora-fernando-dolabela/>. Acesso em: 14/04/2022.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho 2004 (entrevista com Fernando Dolabela sobre a Pedagogia Empreendedora).

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcones de; SHIROMA, Eneida Oto. *Política Educacional*. 4 ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FONTINHAS, Maria Fernanda. UFMA lançará iniciativas para fomentar o empreendedorismo universitário. **UFMA/Ageufma**. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/ufma-lancara-iniciativas-para-fomentar-o-empreendedorismo-universitario#:~:text=O%20UFMA%20Empreendedora%20%C3%A9%20uma,gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFMA>. Acesso em 27 de abril de 2022.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HENRIQUE, Daniel Christian; CUNHA, Sieglind Kindl da. **Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais**. Revista de Administração Mackenzie (RAM). São Paulo, volume 9, n. 5, 2008, p. 112-136.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **BNCC, Agenda Global e Formação Docente**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan/mai 2019.

Jesus, Lúcio Silva. AGEUFMA/UFMA. **Programa UFMA empreendedora é lançado em cerimônia pelo canal da AGEUFMA no Youtube e com participação de diversas instituições apoiadoras**. Publicado em 01/12/2021. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/programa-ufma-empreendedora-e-lancado-em-cerimonia-pelo-canal-da-ageufma-no-youtube-e-com-participacao-de-diversas-instituicoes-apoiadoras>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. **TRABALHO E ESCOLA: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível.** Artigo resultante da pesquisa “Limites e possibilidades da politecnicidade no modo de produção capitalista: escola politécnica ou práticas de integração?”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Educação & Sociedade [online]. Campinas, 2017, v. 38, n. 139 [Acessado 4 Abril 2022], pp. 331-354. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>.

LANDSTROM, Hans; LOHRKE, Franz T. Historical foundations of entrepreneurship research. Great Britain: Edward Elgar Publishing, 2010.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MUELLER, Rafael Rodrigo; CECHINEL, André. A privatização da educação brasileira e a BNCC do Ensino Médio: parceria para as competências socioemocionais. *Educação-Revista do Centro de Educação da UFMS*, v. 45, Santa Maria, 2020. Disponível em: [A privatização da educação brasileira e a BNCC do Ensino Médio: parceria para as competências socioemocionais | Educação \(ufsm.br\)](#). Acesso em 23 de abril de 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **A BNCC DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: o resgate de um empoeirado discurso.** Educação em Revista [online]. Belo Horizonte, 2018, v. 34 [Acessado 6 Abril 2022], e214130. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>>. Epub 22 Out 2018. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>.

UFMA. CONSUN. **RESOLUÇÃO Nº 339-CONSUN, 15 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre a implantação da Política de Empreendedorismo da Universidade Federal do Maranhão e a criação do Núcleo Avançado de Empreendedorismo (NAVE).

VERGA, E.; Soares da Silva, L. F. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 3, n. 3, p. 3-30, 2014.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. (Biblioteca Pedagógica).